

Alguma bibliografia política em Angola no século XIX.

*Francisco Soares**

Resumo

Alinho aqui a menção a livros envolvendo pensamento político, que circularam no século XIX na zona de Recife-Olinda (Brasil) e em Luanda ou Benguela. Em se tratando de obras hoje esquecidas, ou pouco lidas, comento várias delas para dar ao leitor uma noção mais precisa do que significava a sua presença entre nós.



Palavras-chave

Bibliografia, pensamento político, século XIX.

Contextualização

Venho desenvolvendo, a partir de 1996, investigações no sentido de perceber o ambiente bibliográfico de Angola no século XIX e, no que diz respeito à teoria e crítica literárias, também na primeira metade do século XX. Embora trabalhe sobre literatura angolana e teoria literária, cada vez mais me interessando as articulações e os desafios entre as temáticas respectivas, uma investigação do género da que venho praticando obriga-me a incluir na pesquisa muitos elementos relativos a disciplinas afins, como a História, a Filosofia, a Teoria Política, o Direito, as Ciências Sociais e, até, as Ciências da Natureza. Todas elas influem na literatura e acredito que, pelo menos sobre algumas delas, a literatura influi também. Daí que possa tornar-me útil aos colegas de outras áreas, indicando-lhes os dados que recolhi e que mais proximamente lhes dizem respeito.

•

* Universidade Katyavala Bwila (Benguela, Angola) e Universidade de Évora (Évora, Portugal).

Estes dados são relativos. Para se perceber o alcance do adjectivo na frase, é preciso dar uma ideia do que fui fazendo. Uma vez que, no início da pesquisa (1996), havia muitas carências e uma situação de guerra em Angola; levando em conta igualmente que, entre Angola e Brasil, no século XIX, as ligações comerciais, culturais e até académicas eram intensas; levando ainda em conta as principais praças desse comércio no Atlântico Sul, decidi centrar-me, numa primeira fase, no Brasil. A partir dali, muitos livros teriam seguido para Angola, antes e depois da Independência. Na verdade, as relações de que falo não diminuíram em 1822, mas numa fase inicial aumentaram até, só começando a reduzir-se a partir da segunda metade do século XIX (muito lentamente).

Havendo boas investigações acerca do ambiente bibliográfico do Rio de Janeiro; sendo, por outro lado, Rio de Janeiro e Recife as duas principais praças onde se regista a presença de angolanos a comerciar, a estudar ou a veranejar, concentrei-me na pesquisa da bibliografia que circulava na zona de Recife-Olinda na primeira metade do século XIX (período em que as relações comerciais eram mais fortes entre essa zona e as de Luanda ou Benguela). Tinha vivido, estudado e comerciado ali uma parte significativa do berço familiar e social de José da Silva Maia Ferreira, o primeiro poeta angolano a publicar um livro de líricas. Ali também tinham vivido e comerciado o polémico escravagista, comerciante, político e escritor Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo e sua amiga D.^ª Ana Joaquina (a maior fortuna de Angola durante um bom par de anos). Acresce, numa outra ordem de factores, que persiste no local uma fonte preciosa, difícil de igualar: o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal ainda em circulação na América do Sul (começou a circular a 7 de Novembro de 1825). Uma colecção quase completa do *Diário de Pernambuco* está guardada no Arquivo Histórico de Pernambuco e microfilmada na Fundação Joaquim Nabuco. Ainda que alguns números desse jornal não fossem disponibilizados pelo Arquivo (ou por estarem em mau estado, ou a reparar), boa parte deles pude consultar em microfilme na Fundação Nabuco. A importância do jornal aumentava, também porque nele se publicavam as notícias de chegada e partida de navios, com os registos do porto, sobre passageiros e mercadorias. Publicavam-se também anúncios de venda ou compra de exemplares, com indicação do nome dos autores ou do título, ou de ambos – embora às vezes uma indicação parcelar e inexacta. Foi essa fonte que explorei quanto pude perante as vicissitudes que fui enfrentando e que viriam a piorar em Luanda e Benguela, como era de prever.

Terminada a guerra civil em Angola, em Fevereiro de 2002, parti para a investigação directa em arquivos luandenses e benguelenses. É uma pesquisa que, por razões múltiplas, não está esgotada ainda, mas em grande parte foi já realizada. Investiguei os espólios bibliográficos do Arquivo Histórico Nacional (onde não tive acesso livre a todo o espólio e onde parte dos livros já não tem condições de leitura), na Biblioteca do Governo Provincial de Luanda (antiga Biblioteca da Câmara Municipal, fundada no século XIX com fundos de escritores, professores, negociantes e intelectuais da época e hoje recuperada), na Biblioteca Municipal de Benguela (com um acervo já diminuído, como a de Luanda, mas onde ainda assim afloram livros que se publicaram desde o fim do século XVIII até hoje) e no Arquivo do Tribunal de I Instância de Benguela (onde estudei os processos orfanológicos dos quais, algumas vezes, constava a lista de livros herdados).

Nem todos os títulos foram identificados ainda, o que se deve às indicações parcelares e defeituosas, ou distorcidas mesmo. Por outro lado, abrangendo áreas disciplinares tão diversas (e mesmo só

dentro da literatura), há naturalmente muitos livros mencionados, cujos conteúdos desconheço. Por esse motivo, os meus comentários são mais limitados ainda do que os dados que recolhi. A cultura política e geral dos leitores desta revista cobrirá certamente a parte que falta.

Ao desenhar-se a hipótese de escrever para uma revista de Ciências Sociais, pareceu-me oportuno comunicar os resultados que mais interessassem à ciência ou à história políticas. Começo precisamente pelos livros de História e, para facilitar a releitura dos estudiosos, deixo uma linha em branco assinalando a passagem a outro autor, cujo nome carrego em **negrito**.

Alguns livros políticos

Entre os livros de História, muitos são de carácter político, são histórias políticas no duplo sentido do investimento e comprometimento pessoal do historiador e de se dedicarem estritamente a assuntos políticos. Alguns títulos, por esse e outros motivos, encimam conteúdos disciplinarmente híbridos, como por exemplo nesta referência: “Lamartine, *Revolution de 1848*”, que aparece duas vezes no espólio da Biblioteca do Governo Provincial de Luanda. No caso, lendo a obra (que está disponível *on-line* em muitas páginas na sua tradução inglesa), confirma-se a ambivalência, na medida em que ao mesmo tempo o autor (que foi ministro no governo provisório e candidato à Presidência) faz História e explica, fazendo-a, as suas próprias posições políticas que, por sua vez, condicionam a visão que tem da história sua contemporânea.

A ambivalência nota-se, também, noutra tipo de publicações, como por exemplo nesta outra referência, igualmente da antiga Biblioteca Municipal de Luanda: *Les annales de la république française depuis la constitution de l’an trois*, que em 9 volumes recolhe anais diversos (civis, políticos, comerciais, militares, literários, etc.) e discursos, memórias, tudo de vários autores e relativo a vários anos também.

O espectro bibliográfico desta área cobria vastas e várias regiões do mundo, incluindo a “História dos Judeus” de **Josefo** (37-100) — obra que originalmente se publicou em 20 volumes e se chamava *Antiguidades judaicas*. A sua leitura seria suficientemente popular para que um lusófono resolvesse traduzi-la, no caso José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa. A obra veio a público em Lisboa, em 1792-1793. Flávio Josefo, presumível autor, nasceu como se sabe numa rica família sacerdotal em Jerusalém, em 37 ou 38 DC. Era, segundo parece, descendente de reis e sumo-sacerdotes, pelo que desde novo estudou letras e leis, alcançando fama de extraordinária inteligência. Governava a Galileia quando se deu a revolta contra os romanos, pelo que se diz que a chefiou, visto que a representava superiormente. Derrotados Josefo e a Galileia, o nosso autor esteve preso por três anos, primeiro, tornando-se depois protegido de Vespasiano. Viajou portanto para Roma, não se sabendo onde morreu. Conhecia bem a cultura grega e a latina, manifestando simpatia pelo estoicismo e tendo por modelos da sua *História*, Tucídides e Políbio. Era, portanto, um judeu do Império. Ainda enquanto prisioneiro na Terra Santa, a sua romanização vai acentuar-se cada vez mais. A presença da sua obra representa, portanto, não apenas os judeus, mas também a cultura clássica do Império e é uma discussão subtilmente política um dos motivos que a estrutura.

Ainda sobre povos antigos, aparece na antiga Biblioteca da Câmara Municipal de Luanda o desenvolvido *Essai sur le Veda*, que na verdade é um manual de história (numa acepção muito geral, a mesma de Cantu) e que tem especial interesse para a literatura. O título completo é que nos dá uma ideia mais correcta da obra: *Essai sur le Veda ou études sur les religions, la littérature et la constitution sociale de l'Inde depuis les temps primitifs jusqu'aux temps brahmaniques*.

O exemplar encontrado apresenta uma assinatura datada, na folha de rosto: “Alfredo Moraes, Lx., [?] / 4 / 6[?]”. O verso da capa tem um selo de “J. P. da Silva Rocha / com officinas typographica, e de livreiro / Rua de Salvador Corrêa / Luanda”. Pelo tipo de letra, penso que pode ser alguém do século XIX, mas ainda não consegui saber se houve então essa casa ali. Posso apenas dar como provável que a obra fosse lida em Angola no século XIX, onde por consequência tínhamos informação de carácter histórico sobre a “constituição social da Índia”.

Salústio (87-35 AC) é outro historiador que pode interessar-nos. Embora pertencendo à época de César, não era propriamente um clássico, ou melhor, dentro dos clássicos foi original e inovador. Lia-se em latim, “ao pé da letra” ou mais longe dela, havendo várias edições da sua obra que podem ter circulado no eixo Recife–Luanda, ou mais genericamente Angola–Brasil. Em português, a trad. de Miguel le Bourdieu, publicada em 1820 em Lisboa, e a de Barata Feio, publicada em Paris em 1825, são as duas cronologicamente mais próximas. Em latim há as de 1818, de Lisboa, de 1820, de Londres, de 1823, de Paris, de 1825, de Londres novamente, de 1826, de Edimburgo, de 1834 (de J. Dymock, com notas e ilustrada), havendo ainda em 1840 uma edição de C. H. Weise. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há uma edição latina de 1491 mas, não conhecendo a história do exemplar, não sei se ela terá circulado por ali na época em estudo.

Dizem dele que foi Salústio o primeiro do seu tempo a “tratar a história como [...] algo mais que uma simples crónica de acontecimentos” e é por isso que ele me interessa. Porque procurava encontrar as causas dos acontecimentos e sabia que essas causas eram também políticas. Entroncava assim com Políbio, nascido em Megalópolis, na Arcádia, em 204 AC e, segundo Viale, “o criador do *pragmatismo didáctico*, isto é, do modo de escrever a história que, expondo as causas, ocasiões, circunstâncias e consequências dos acontecimentos, subministra ao leitor uma importante instrução política e militar”.

Entre os seus confrades, porém, Salústio se distinguia por estudar o carácter dos povos envolvidos (*Koogan Houaiss Digital* 2002), a psicologia colectiva, ao mesmo tempo que inaugurava, para o seu tempo e espaço, a análise psicológica individual e o “culto da personalidade de excepção” [Paratore 1987: 294]. Retratos como o de Catilina e de Semprónia demonstram a sua habilidade na caracterização sugestiva das personagens.

A análise que faz dos acontecimentos e a explicação que dá para eles era também de carácter económico, social, ou directamente político. Tucídides seria, nesse aspecto, um antecessor, ainda que Salústio seja um historiador romano genuíno. Segundo o seu pensamento, o motor da história seria a Fama, que se devia alcançar pela virtude (curiosamente, não a terá procurado antes de se retirar e começar a escrever).

Salústio foi inimigo político de Cícero, talvez por ser amigo de César. Não dominando a aparelhagem técnica dos clássicos como o seu opositor — o que era importante para um historiador nesse tempo — a

escrita que o define vem a suscitar interesse mesmo já no século XIX, quando uma linguagem mais próxima do dia-a-dia, mais viva e mais simples, era valorizada por muitos leitores e escritores.

Algumas das suas propostas políticas (que na vida não praticou) calariam fundo na época em estudo e hoje ainda, por exemplo a defesa do voto secreto no Senado, a de cortar o poder da oligarquia e estender o direito de cidadania [Fortuny s.d.].

A justificação que dá para narrar a guerra contra os númidas é ilustrativa e parece respeitar uma exigência do historiador e retórico Dionísio de Halicarnasso: em primeiro lugar, porque foi uma grande guerra; em segundo lugar, porque esteve indecisa (o peso do factor surpresa atinge, portanto, a própria escolha do tema) e, sobretudo, porque pela primeira vez nela a plebe se opôs ao poder dos nobres. Deve ter sido, por isso também, autor lido com atenção em pleno século liberal e também socialista, quer em Angola, quer no Brasil e em Portugal. A paixão política que transparece nos seus escritos (apesar da objectividade histórica) seria outro factor de atracção para o leitor romântico típico.

Versando, mais uma vez, uma época particular do Império Romano, surge a “História da Decadência e da Queda do Império Romano” (sem menção de autor, trad. por F. Guizot, ou de **Gibbon**, em inglês e também em francês). A obra homónima famosa na época era a de Edward Gibbon (1737-1794), cujo primeiro volume saía já em 1776, sendo publicados os últimos em 1788. Foi traduzida em espanhol, francês e italiano no período em estudo (ou seja: em todas as línguas consultadas – para além, claro, do inglês). A tradução em francês pode ser a de Guizot, de que há edição parisiense em 1819 (Lefèvre) e em 1828 (Ledentu) – ou pode não ser, visto que há várias traduções para o francês na época (1777-1791; 1795; 1837). O exemplar encontrado na Biblioteca Municipal em Benguela é o da edição da Ledentu, de 1828. Em inglês há compreensivelmente mais edições, sendo as mais próximas as de 1816, 1829, 1836 e 1840.

Gibbon teve autoridade no “século das Luzes”, também reconhecida em França e na Alemanha em pleno século XIX e é interessante notar que foi reeditado até hoje. Escreveu, mais dentro da minha área de trabalho, um *Ensaio sobre o estudo da literatura*, de que houve edições francesas ainda no século XVIII (1761, 1762) e uma autobiografia. A sua conversão ao Catolicismo deve tê-lo tornado simpático aos olhos da Igreja, que na altura detinha ainda uma significativa quota no ensino. Mesmo depois da descrença na qual caiu era ainda considerado pelo Cardeal Newman o único escritor inglês que podia alcançar o estatuto de historiador da Igreja. Veja-se como:

A visão que nos transmite do Império, antes da decadência, é por assim dizer idílica e visa, talvez, usar a história para apregoar um modelo político. Entende que o Senado cumpria a função de legislar e aprovar, o Imperador cumpria com habilidade e virtude a função de governar – e logo aí vemos uma distribuição de poder a funcionar idealmente, sem interferência de um sobre o outro – todos viviam em paz, livres e contentes, embora na luxúria que a paz e a prosperidade proporcionavam. Dominava-os um saudável patriotismo, que era o amor pelo progresso e o desenvolvimento de um governo livre...

Isto faria as delícias dos românticos liberais. A obra tem no entanto mais pontos de interesse, um dos quais é sem dúvida o da grande diversidade de tempos e espaços ali referidos, pois o autor não se limita a falar do Império Romano do Ocidente naquele tempo, podendo apanhar-se passagens em que fala da Sibéria, ou dos desertos árabes no século VII, etc. Sem dúvida que essa mobilidade contribuiu

para que tivesse tantos leitores no século XIX, não apenas a defesa das ideias liberais, mas o preenchimento de imaginações férteis, de algum exotismo, do horizonte de expectativas dos leitores dos livros de viagens, para além — claro — da aprendizagem acerca daquele período da história romana. É também uma história que procura causas para a decadência e a queda, entre elas a moral (corrupção de costumes, generalização da luxúria), mas também causas económicas e sociais, como a do aumento das taxas e impostos (uma das causas que Lamartine apontava para a revolução de 1848) e causas culturais, como a do avanço do Cristianismo.

A par da admiração pelo funcionamento democrático do Império, o historiador apresentava-se numa postura conservadora e elitista, que se nota nos comentários à Revolução Francesa, que terão agradado uma parte da elite angolana e brasileira da época, ligadas ao império do Brasil ou à monarquia portuguesa. A desmistificação da ideia de que somos todos iguais é clara: chama a tal ideia “uma velha superstição”.

Finalmente, a poética e a retórica por ele defendidas reforçam, no contexto romântico, a velha defesa da associação entre a escrita como “espelho da mente” ou da pessoa e como fruto acurado do trabalho sobre a linguagem.

De **Michelet** (1768-1874) circulava no mercado pernambucano a *Histoire romaine — republique*, de que só encontrei referência, na Porbase, a uma 4.ª ed., de 1866 (Paris). No catálogo da BNF há referência à edição francesa de 1833 e à 3.ª ed., de 1843. Dado que o anúncio é de 1845, qualquer das duas podia estar ali representada.

Jules Michelet foi professor de História no Collège de France, mas era sobretudo um homem de paixões políticas exacerbadas. Sendo contemporâneo, os seus escritos tinham um interesse acrescentado na época, tanto mais que já o seu pai fora vítima do consulado napoleónico. Defendeu um “liberalismo pequeno-burguês”, sendo ao mesmo tempo um anti-clerical “de cepa voltairiana”. Doutorou-se em letras em 1818 com duas teses, uma das quais sobre as *Vies* de Plutarco (a outra sobre a ideia de infinito em Locke). Plutarco é de resto uma presença do corpus. *Les Vies des hommes illustres* foi traduzida por “Ricard” (que lhe faz a biografia) com o “patronato” do episcopado. O tomo existente em Luanda é, sintomaticamente, votado a um grande orador: Demóstenes. Ele constituía mais uma ligação entre o meio literário angolense e recifense e Michelet.

Michelet manteve-se no ensino da Filosofia e da História Antiga até 1829, quando passou a dedicar-se exclusivamente a esta e escreveu, então, a outra obra que consta do corpus. Enquanto historiador era um romântico típico, interpretando os acontecimentos e descrevendo-os “com grande poder evocativo”, seguindo instintivamente as suas emoções e acreditando messianicamente na “voz do povo”. A sua história da república romana, publicada em 1831, tem um estilo vivo e claro e introduz em França, com originalidade, as ideias que Niebühr tinha professado na Alemanha. Apesar disso, apresenta pontos de vista próprios juntamente com a pesquisa efectuada Na historiografia sobre Roma, pesem embora as distâncias e o quanto elas implicam, o estilo vivo, a originalidade, a posição social (o pai era dono de uma tipografia e livraria) e a crítica aos nobres fazem lembrar Salústio. Vibra com aqueles que verberaram a classe dos nobres, em que parece projectar a sua raiva à nobreza francesa contemporânea. Exalta por consequência a figura de Noevius, poeta igualmente admirado por Horácio e Catão.

A visão da história como arte oratória e narrativa atingiu no século XVIII o seu extremo criativo com o abade **Barthélemy**. Jean-Jacques Barthélemy nasceu em Cassis (Aubagne, Provence) em 1716, numa família de comerciantes e morreu em Paris em 1795, depois de ter sido preso e desapossado dos seus bens pela Revolução Francesa. É, portanto, um nome que reforça uma linha política geralmente conservadora e anti-revolucionária.

Apesar da Revolução, teve uma vida longa para a época. Aprendeu Filosofia e Teologia com os jesuítas, mas foi como estudioso de antiguidades, de moedas, e de línguas 'orientais' (foi o primeiro a traduzir uma inscrição fenícia) que fez carreira. O que o tornou, porém, mais famoso até hoje foi uma mistura de História e Romance que inaugura o Romance Histórico moderno mas com uma originalidade ímpar, a que ao mesmo tempo faz dele um predecessor de correntes actuais do pensamento que, filiadas nas últimas revoluções científicas, acreditam nas vantagens de juntar o trabalho artístico e o científico num só. De facto, a metáfora e a poesia não possuem somente um efeito ou valor didáctico, sustentam e provocam descobertas científicas fundamentais. Ou seja: possuem sobretudo um valor heurístico, reconhecido já pelas culturas tradicionais em que se desenvolviam práticas adivinhatórias com as crianças.

Em vez de nos traçar um quadro da Grécia no século IV, imagina Barthélemy que um jovem bárbaro chega a Atenas pouco antes do nascimento de Alexandre e vai observando costumes, leis, filosofias e filósofos de Atenas e de regiões vizinhas. Assim nos lega um quadro vivo da época e do lugar, um quadro que respeita ao mesmo tempo a ideia abrangente que o Iluminismo tinha da História (envolvendo aspectos sociais, tradições, culturas, aspectos políticos, etc.). A passagem do jovem bárbaro é aproveitada para conversar com Platão, Aristóteles, Demosténes, Epaminondas, Xenofonte e outros, tornando ainda mais vivo o quadro. É esse livro, a *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce vers le milieu du quatrième siècle avant l'ère vulgaire*, que o representa nas bibliotecas angolanas do século XIX, mais precisamente na de Joaquim Eugénio de Salles Ferreira, um professor e político de famílias ricas em Luanda, considerado sábio no seu meio. Os sete volumes dessa histórica estória aparecem entre nós na edição de Janet et Cotellet feita em Paris em 1824. O livro foi muito popular desde que saiu, em 1787, havendo várias reedições e traduções desde o fim do século XVIII e ao longo do seguinte.

Passando à crónica de nações mais recentes, destaca-se a de França, pelas paixões políticas que excitava. É o que se passa com **Mignet**.

François Auguste Marie Alexis Mignet (1796-1884) foi um historiador francês e da História de França, conhecido e reconhecido institucional e publicamente, que deixou também a sua presença assinalada no mercado livreiro do Recife (portanto, possivelmente, no de Angola). Das várias obras que escreveu, a que chegou até lá foi a *História da Revolução Francesa: de 1789 a 1814*, publicada em 1824. As paixões e a curiosidade suscitadas pela Revolução sustentavam este interesse, aliás globalizado, pois da obra se fizeram traduções para alemão, espanhol, inglês, italiano e português. Em francês há uma edição, a 6.^a, referenciada na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 2 volumes como a de um dos anúncios (Paris, Firmin Didot Frères, 1835). Mas em Paris, pela mesma editora e também com 2 volumes, saiu ainda uma edição em 1836, que podia ser a que circulava pelo Recife. Uma vez que essa é dada como a 6.^a ed., talvez se trate da reimpressão da de 1835. Há uma posterior, dada como a 11.^a (em 1838), que

vem aumentada com a *História da Restauração até Luís Filipe I*, mas o anúncio em causa não refere tal acrescento e, normalmente, para destacar e impressionar, os anunciantes referiam tais características. Há uma tradução portuguesa da mesma data (Lisboa, Tip.^a Rollandiana), em 3 volumes como em outro dos anúncios, que foi feita por A. V. de C. E. e Sousa (de quem se vendia um volume de poesias em 1845). O anúncio é também de 1845 e não refere o autor da tradução, pelo que ficamos sem saber, ao certo, qual será a tradução.

Mignet tinha trabalhos ainda sobre o século XVI e sobre a história de Espanha. Era um moderado, que deplorava a época do Terror, mas considerava que a Revolução era a necessária consequência do ambiente social e económico anterior. Editou, com o seu amigo Tiers, o diário liberal *National* e ajudou a derrubar Carlos X na Revolução de 1830. Enquanto jornalista, foi redactor do *Constitutionnel*, do *Courrier français*, da famosa *Revue des deux mondes* e do *Journal des savants*. Foi eleito para a Academia (em 1836) contra Victor Hugo e outros candidatos e apoiou depois Hugo contra Gaultier como candidato à mesma instituição. A sua presença reforçava, portanto, no terreno, as hostes liberais e moderadas. Como temos visto e tornaremos a ver, não era o único.

Adolphe **Tiers**, companheiro e amigo de Mignet, frequentava ainda mais do que ele o mercado livreiro do Recife através de uma obra homónima, que me parece ter sido na época mais popular e mais traduzida — pelo menos a julgar pelos ficheiros das bibliotecas consultadas (encontrei traduções em inglês e italiano). As altas funções desempenhadas por Tiers (ou Thiers, como aparece em certos anúncios e em dois espólios de Benguela), mais que a sua vida como advogado ou jornalista, terão facilitado a divulgação das obras respectivas: foi Presidente do Conselho, Ministro das Obras Públicas, do Interior, do Comércio e ainda emissário aos países europeus após a derrota da França. Votou contra a entrada de Victor Hugo na Academia por ser um anti-romântico e este aspecto é interessante, visto que reforça a ala de anti-românticos presente na bibliografia que investiguei. Quer dizer que o romantismo, nestes circuitos comerciais e culturais, espalhou-se ao mesmo tempo que vários anticorpos seus, quer oriundos das gerações anteriores, quer contemporâneos. Talvez isso nos ajude a compreender (junto com outros factos, por exemplo o magistério de Castilho e a formação neo-clássica de Garrett e Herculano) um romantismo algo moderado, envergonhado, que em Angola sobretudo não passou disso e no Brasil só rompeu com as ditaduras da razão em casos excepcionais — como de resto em Portugal, onde foi talvez mais moderado ainda. Dado curioso neste contexto, Zola admirava Thiers politicamente (considerava menos o historiador).

Tiers votou ainda a favor de Guizot, seu adversário político e intelectual, que traduziu, como vimos atrás, a obra de Gibbon. Votou com Mignet (que à sua sombra foi eleito) contra a entrada de Gaultier na Academia, favorecendo então Victor Hugo (e dado o seu anti-romantismo seria de pensar que votasse a favor de Gautier).

A Histoire de la Révolution Française tinha 10 volumes e foi saindo entre 1823 e 1827. Nos anúncios faz-se menção a 4 volumes, 6 volumes e até 1 volume. Logo em 1828-1829 sai outra edição, daí seguindo-se, até 1856 (última menção à obra nas fontes consultadas), as de 1832, 1834 (todas em 10 volumes), 1836 e 1837 (em 5 volumes), 1838 (novamente em 10 volumes), 1839 (com 4 volumes e um Atlas), 1841, 1842, 1845 (10 volumes novamente), 1846 (8 volumes), 1850 (sem indicação de

volumes), 1851, 1853 (4 volumes outra vez), 1854 (em 10 volumes). A edição de 4 volumes, anunciada em 1842, deve ter sido a de 1839, em que (como nas outras) se junta uma *Histoire de la révolution de 1355*. . . , creio que de Félix Bodin (1795-1837) e que foi traduzida para inglês também. A de 6 volumes, anunciada sem menção ao autor em 1840, pode ser uma das edições de Bruxelas, que tinham 6 volumes e saíram em 1834 e 1838. Estas edições é que tinham só por título *Histoire de la Révolution Française*. A obra foi traduzida em português, saindo também em 6 volumes, mas em data posterior a 1840 (1841-1843 para a 1.ª ed.). A menção a 1 volume só refere-se, provavelmente, a um dos dez, oito, seis, cinco ou quatro que circulavam. Ela aparece num inventário orfanológico de 1855 e o inventariante só deve ter encontrado um volume ou, por lapso, em vez de “10” colocou “1”. Outra hipótese é tratar-se do resumo intitulado *História Completa da Revolução Franceza desde 1780 até 1815. Precedida de um resumo da história de França desde o princípio da monarquia: resumida da obra de Thiers / por um brasileiro* e que se encontra em mau estado na Biblioteca Nacional de Lisboa. O volume saiu no Rio de Janeiro, pela Laemmert, em 1848. Sendo esse o caso, reforça-se uma das hipóteses em que me baseei para este estudo, a saber, a de que o mercado brasileiro, mesmo no que diz respeito a edições brasileiras, mantinha uma presença activa nas bibliotecas angolenses do século XIX.

Guizot, apesar de adversário de Tiers, foi também ministro no reinado de Luís Filipe I. Está representado com quatro obras no mercado de Recife-Olinda, qualquer delas com directo significado político: o *Curso de História Moderna*, as *Obras políticas*, a *Peine de mort* e a *Histoire parlementaire*. François Pierre Guillaume Guizot (Nîmes, 1787 — Calvados, 1874) foi professor de História Moderna na Sorbonne entre 1812 e 1830. Apoiou o Acto Educacional de 1833, “que deu início à educação livre e compulsória” em França. Tornou-se primeiro-ministro em 1847, opôs-se ao voto nas urnas e a um governo democrático, por achar que o povo não estava preparado. Foi, precisamente, pela intransigência perante qualquer tipo de reformas que despontou a discutida Revolução de 1848 e Guizot caiu.

A “História Secreta do Gabinete de Napoleão”, pedida em 1840, embora não indique nome de autor, deve ser a homónima de Lewis **Goldsmith**. Ao contrário da anterior, tratava-se nesta obra de uma visão crítica do protagonista, particularmente no que diz respeito aos anos de guerra. O autor devia estar bem informado sobre muitos assuntos, pois foi notário e intérprete nas Cortes de Justiça e no Conselho dos Presos. Este é, portanto, mais um livro que reforça uma visão moderada, quando não crítica, da Revolução Francesa e do império napoleónico.

A defesa empolada de Napoleão esteve, entre outros, a cargo de **Norvins**. Por Norvins, ou sem menção de autor, aparece várias vezes a *História de Napoleão*. Jacques Marquet de Montbreton, Barão de Norvins, viveu entre 1769 e 1864, tendo nascido e morrido em Paris. Foi diplomata e soldado, para além de chefe da polícia no governo napoleónico de Roma entre 1810 e 1814. Foi um apologista de Napoleão durante a Restauração. A procura da sua *História*, mais requisitada do que qualquer outra para o mesmo assunto, pode portanto significar a simpatia que suscitava a figura de Napoleão naqueles meios (identifiquei três referências em Benguela e seis no Recife). A obra citada foi a primeira biografia séria de Napoleão, mas o interesse do autor e da obra não se reduzem a isso.

Norvins escreveu um poema filosófico em verso, tratando da unidade divina e da imortalidade da alma. Possui vários títulos dedicados a esta época e à História de França. Há uma edição parisiense da

sua *História*, que podia ter sido a que se comercializava no Recife. Saiu em dois volumes, entre 1837 e 1839 (Furne & C.ie), havendo, em 1837 e em 1839, uma edição que seria a sétima (em quatro volumes, ao que parece como a primeira) e outra que seria a 11.^a (em dois volumes esta), feita sobre a segunda, que foi revista, corrigida e aumentada. Havia uma edição mais antiga, de 1827-1828. Em 1829 tinha já saído uma 3.^a edição, também revista, corrigida e aumentada pelo autor, que é outra hipótese possível. Há uma tradução portuguesa, de 1841-1842 (que só serviria para os anúncios de 1845 e para os espólios de Benguela) e há traduções para espanhol (em 1834; em 1835 saíram uma em Valência e outra em Barcelona) e para italiano. A referência benguelense de 1873, que é a uma edição em 4 volumes como as outras que vi no mesmo local, pode ser a de 1868, se for em francês, ou a portuguesa a que já fiz referência e que certamente é a que aparece nos inventários de 1855 e 1856 em Benguela.

Apesar da centralidade da Revolução, as ideias que estavam em causa na época, por vezes, eram tratadas indo para fora de França. Atravessando o canal, uma das figuras que despertava interesse nos historiadores e leitores era a de Cromwell. Essa motivação estava representada em Angola pela *Histoire de Cromwell, d'après les mémoires du temps et les recueils parlementaires*, de que se preservaram na Biblioteca da do Governo Provincial de Luanda os dois volumes. O autor era Abel François **Villemain**, que nasceu e morreu em Paris (9-6-1790; 8-5-1870). Reforçando a profunda relação entre História e Arte Literária no século romântico, Villemain era muito conhecido como literato e estudou igualmente a eloquência (o trabalho sobre Montesquieu, por exemplo, é brilhante na caracterização estilística do escritor). Ganhou, praticamente no início da sua carreira, o prémio da Academia com um ensaio sobre Montaigne, que ficou famoso. Foi professor de literatura francesa na Sorbonne (depois de assistente em História) a partir de 1816 e a influência que teve sobre o Romantismo deve-se tanto à crítica histórica (debruçou-se sobre as mais diversas épocas da História Europeia, incluindo a República romana) quanto aos estudos literários. A leccionação e os cargos políticos (Par de França em 1832; Ministro da Instrução Pública, tendo promovido uma reforma do ensino secundário) não o impediram de investigar o suficiente para publicar o *Cours de littérature française* (6 vol's, 1828-1846) e os *Études de littérature ancienne et étrangère* (1845), entre outros títulos, mostrando que resistia vigorosamente à especialização e ao estiolamento intelectual.

A *História de Cromwell* que nos legou ensinava, portanto, pelo estilo e não só pelo cuidado investigativo, sublinhado logo no subtítulo. Sendo um romântico moderado e um pouco mais velho que os seus companheiros, um liberal da Restauração (vê em Montesquieu, por exemplo, o paladino da felicidade pela justiça, consistindo esta no respeito pelos direitos individuais), a sua presença reforçava em Angola a ala dos românticos liberais e moderados, por assim dizer canónicos (Villemain foi um dos mais influentes académicos do seu tempo), apesar da firme crença no "instinto do génio". É de sublinhar ainda que, jornalista, ele apelou com Chateaubriand e outros à liberdade de imprensa, o que lhe trouxe custos e ganhos políticos na época e poderá ter chegado notícia disso a Angola, reforçando a imagem do liberal, que justamente criticava em Montesquieu a defesa do despotismo iluminado (essa crítica mostrava ainda a moderação que o define, pois também tentou explicar, como dívida à época, a fraqueza do grande escritor).

A História não estava sozinha, sendo geralmente acompanhada pela Filosofia no interesse dos mercados em questão. Entre os livros de História e os de Filosofia surgiam polémicas, manifestos, ensaios e panfletos políticos. Embora para o Romantismo político e literário a História tenha sido importante, nestas paragens a polémica ideológica aparece nas páginas do *Diário de Pernambuco* logo desde Fevereiro de 1827, por títulos dialogais como *A facecia liberal* e o *entusiasmo constitucional* (Mendonça, 1822), ou *O contra censor pela galeria*.

Mas havia também as obras de Rousseau (comentadas adiante) e a de Jeremias Bentham (1748-1832), representado pelo *Tratado dos sofismas políticos* (sem acento), em tradução de António José Falcão da Frota, impressa em Santa Catarina, na Typ. Provincial, em 1838 (portanto já numa edição póstuma, visto que o autor morre em 1832). Vendia-se a *Loja de óculos políticos: fantazia moral ou invetiva, pela qual o cortezão pode comprar e escolher os de melhor gosto: para descobrir verdades, ver a boa fortuna, conhecer os homens sem os tratar*. Tão fantástica loja tinha visto a luz pública em Lisboa, graças à Imprensa de J. N. Esteves, no ano de 1835. Emparceirava, no comércio recifense, com *As idéas liberaes: ultimo refugio dos inimigos da Religião e do Throno*, “obra trad. da lingua italiana da 2ª ed. feita em Florença em 1817 e destinada à instrução da mocidade portugueza por Joaquim José Pedro Lopes”. A tradução (ou a sua 2.ª ed.) veio a público em Lisboa, na Impressão Régia como seria de prever, em 1823.

Uma obra que tem especial pertinência no contexto angolano (e brasileiro) é a de M. de Pradt, *Les Trois Ages des Colonies ou de leur état passé, présent et a venir*, cujo primeiro tomo sai em Paris em 1801. O nome do autor aparece entre os livros antigos do Arquivo Histórico em Luanda com esta obra. Para além disso, eram vendidas no Recife as *Oeuvres politiques* e as *Obras completas*, pelo menos na década de quarenta do século XIX. Membro da Assembleia Constituinte, como as *Trois Ages* logo anunciam, as suas palavras seriam lidas com avidez no meio estudantil e por angolanos como Joaquim António de Carvalho e Meneses. No entanto, a posição que tinha em relação às colónias não era muito revolucionária. Fala das “conspirações negras” das ilhas francesas (e certamente pensava também no Haiti, exemplo referido anos mais tarde em Angola pelo cónego A. J. Nascimento [Oliveira, 1997: 19] e da Virgínia, da tomada de Curaçao pelo “porto franco” de Amsterdão, da “coalisão do Norte”, da “guerra contra Portugal”, do tratado entre a América e a França e das “divisões para a nomeação do Presidente dos Estados Unidos” como factos que atestam o “sistema” e os “princípios” por si desenvolvidos [Pradt 1801: I, XXV-XXVI]. Avisa que se entrará, como entrou de facto, num estado de “conspiração permanente” por parte dos colonizados, em especial por parte dos escravos. Alerta para a grande probabilidade de os EUA incentivarem as independências e ligações das colónias a si, como realmente aconteceu muitas vezes. Diz ainda que a Inglaterra tentará roubar colónias a outros países coloniais, o que também se deu. Reconhece um grande perigo nas sublevações dos escravos na América, “les nègres étant les vrais metteurs en oeuvre des colonies” [Pradt 1801: I, XXVI, 34], numa frase crua mas lúcida que demonstrava a dependência em que os senhores se encontravam face aos escravos. Praticamente não fala de África, pois essas colónias ainda não eram tão importantes. Centra a sua atenção nos problemas coloniais da Ásia e da América. Com perspicácia notória vai analisando caso por caso, mas absolutamente condicionado por um espírito colonial, como era comum no tempo. Portanto, a sua obra não

estimulava desejos de independência, excepto a um ou outro mais atrevidos nacionalistas, que vissem nos seus medos o quanto era certa a independência das colónias, mortal para os colonizadores.

Outra obra significativa — esta pelo contexto da primeira metade do século em Portugal e suas colónias — era a de M. L. **Mézières** intitulada *Influence du regime représentatif sur la félicité publique* (1846-1850). Aparece nas estantes da Biblioteca do Governo Provincial de Luanda e foi lá que a li. Também a este exemplar, como a outros, falta a capa. No «Avertissement» inicial o autor fala do aparecimento do livro em Paris em 1846. Porém o texto vem datado de Paris, “1.er mars, 1850”. O título emparceira, portanto, com a bibliografia sobre o liberalismo e os sistemas representativos e reforça possivelmente o constitucionalismo local.

Outra obra que se liga ao regime constitucional e pertencia a Alfredo Troni é a *Notícia dos Ministros e Secretários d’Estado do Regime Constitucional nos 41 anos decorridos desde a regência instalada na Ilha Terceira em 15 de Março de 1830 até 15 de Março de 1871*. Foi publicada pela Imprensa Nacional em 1871 mesmo e Troni assina-o em “L.da”, no dia 19 de um dos meses de 1882 (o número do mês está ilegível).

Associados em geral à discussão política andavam também os economistas da época. Uma referência incontornável era a de Jean Baptiste **Say** (Lyon, 1767 — Paris, 1832), com o seu *Tratado de economia política*, de que só encontrei edições francesas (para a época) no catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa, não havendo nenhuma referência ao autor na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (para edições do século XIX e disponíveis em rede). O *Curso completo de economia política*, de que há uma edição francesa de 1840 (o anúncio é de 1842) aparece também neste ambiente bibliográfico e não lhe encontro (para a época) edição portuguesa na base de dados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Há, em português, uma tradução do *Catecismo de economia política ou instrução familiar*, de 1822 (Lisboa, Imprensa Liberal) e outra, feita por Adrião Pereira de Forjaz Sampaio, dos *Elementos de economia política*, já sancionados pela autoridade académica (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1839), que é uma “tradução livre” do “Catecismo”. Sampaio Bruno, que acha a influência de Say perniciosa em Portugal, estranhando ao mesmo tempo a falta de uma tradução de Adam Smith ou de Ricardo, reconhece no entanto a sua popularidade entre os portugueses no século XIX, juntamente com a de “Michel Chevalier, Garnier, toda a cientifiquice que grulha nas publicações postas em vasta circulação pela casa Guillaumin” [Bruno 1898: 24] — casa responsável pela edição de 1840 do *Curso completo de economia política*. Associa-o à “espantosa mistificação da escola oriunda de Manchester” e, claro, a “outros dogmas, menos veneráveis, os do economismo chamado liberal” [Bruno 1898: 24]. De facto, foi um defensor do “livre-cambismo” e um divulgador de Adam Smith. A crítica de Bruno dirigia-se precisamente contra a preguiça mental que faria a classe intelectual portuguesa da época preferir a divulgação às obras de pensamento original e profundo. No entanto, terá sido Say a propor a divisão entre “produção, distribuição e consumo”, acreditando o autor que “um excesso na oferta gerava um excesso na procura”, o que levaria a que, “no regime de livre-comércio”, não houvesse nem “superprodução de bens, nem desemprego” [Koogan Houaiss Digital 2002]. Era, de facto, a utopia liberal em marcha e não por acaso foi reeditado o *Tratado de economia política*, no Brasil, nos anos 80 (1983 e 1986). No entanto, só encontrei referências ao seu nome nas fontes pernambucanas e portuguesas, pelo que não é garantido que tenha sido objecto de leitura em Angola.

Uma obra que reuniu filosofia, teoria política e análise económica, numa perspectiva oposta à de Say, foi a de Charles Fourier, incluído por Engels nos socialistas utópicos. Há menção a ela nas fontes angolanas, nomeadamente ao vol. V das *Oeuvres complètes*. As obras eram publicadas em Paris pela Sociedade para a Propagação e a Realização da Teoria de Fourier. Em 1861 iam já na 10.^a edição. O seu autor deve ter sido, portanto, mais popular do que indicam algumas fontes.

François-Marie-Charles Fourier nasceu em Besançon a 7 de Abril de 1772 (o ano em que nasceu David Ricardo), sendo portanto cinco anos mais novo que J. B. Say. Morreu em Paris a 10 de Outubro de 1837, por coincidência cinco anos depois de J. B. Say. Ele nasceu numa família de comerciantes e foi educado para se tornar também comerciante. Viajou e trabalhou pelo norte da Europa, engrandecendo (no regresso a França) a fortuna da família a comerciar produtos coloniais. Depois de uma prisão em Lyon e de uma incorporação forçada no exército revolucionário, em 1796, regressa à vida civil e propõe ao Directório, em Paris, uma reorganização escrupulosa do exército. Em seguida começa a expor as suas ideias visando influir sobre a sociedade industrial no sentido de proteger as classes operárias. Por esse ou por outro motivo, o seu primeiro projecto de revista é recusado pelas autoridades do Consulado em 1800. Começou por propor, na primeira obra (publicada sob anonimato em 1808), uma “harmonia universal” baseada na satisfação das paixões da humanidade (vistas como positivas e doadas por Deus) e tomando por exemplo as sociedades dos insectos. Não admira que provocasse alguns zumbidos incomodativos. Em 1822, ano da independência do Brasil, Fourier defende um regresso à terra no *Traité de l'association domestique agricole*, obra que o torna famoso. É este livro que, reeditado em 1834 sob o título *Traité de l'harmonie universelle*, se encontra na biblioteca do Governo Provincial de Luanda. Pela assinatura que lhe está aposta, pertenceu a Joaquim Eugénio de Salles Ferreira. As suas opiniões e leituras seriam no mínimo escutadas pela pequena elite intelectual angolense de natos, inatos e residentes. Assim, a obra de Fourier ganha um particular interesse para nós.

Fourier corresponde-se com Robert Owen antes de publicar *Aperçus sur les procédés industriels*. Publica a obra mas entra de novo em ruptura financeira depois de uma série de maus negócios. A nítida formulação da sua doutrina social aparece mais tarde, em *Le nouveau monde industriel et sociétaire* (1829). Aí defende a sinergia e cogestão de associações comuns a produtores e consumidores. Em verdade compõe uma utopia baseada nos “falanstérios”, que eram distribuídos por grupos de profissões e materializavam-se em palácios em forma de estrela. Nesses palácios, qualquer coisa entre centros comerciais e corporativos que me faz lembrar as antigas galerias comerciais europeias, podiam-se encontrar as lojas, as oficinas das diversas artes e uma cantina colectiva. Prevvia-se também uma educação colectiva mas diversificada (em função das profissões). Os lucros eram repartidos entre o trabalho (5/12), o capital (4/12) e o talento (3/12). O talento ficava nitidamente mal servido. . .

Em 1832, discípulos seus criam uma revista (*Le phalanstère ou la réforme industrielle*) onde ele colabora, vivendo agora apenas da venda dos seus livros. Alguns discípulos criaram mesmo um “falanstério”, mas o mestre criticou-os dizendo que se tratava de uma caricatura das suas ideias. Em 1835 publica *La fausse industrie* e em 1836 Victor Considérant (um seu discípulo) cria a revista *La phalange*. No ano seguinte morre de crise cardíaca e é enterrado em Montmartre.

Influenciado por Newton, Fourier achava possível aplicar a lei universal da atracção à atracção passional, usando as vocações e desejos para criar uma sociedade harmoniosa, apesar de desigual, e onde cada um completasse os outros. Ele critica o liberalismo e a Revolução Francesa (embora partilhe com ela ideais), juntando-se a Saint-Simon quando lhe aponta o facto de ter sido mais uma revolução política do que social e económica. Associa o capitalismo à *barbárie* (a quarta época da humanidade, após o Éden, a Selvajaria e o Patriarcado), falando numa quinta idade, a da harmonia universal, matematicamente calculada. As combinações matemáticas não eram fortuitas e mitos como o do Quinto Império encontravam aqui uma inesperada (mas fatal) renovação. Não só eles. Por exemplo, as paixões humanas eram 12 (como os apóstolos de Cristo) e o número de habitantes de um falanstério seria de 1620, sendo o número calculado a partir dos 810 tipos psicológicos que, segundo ele, existiam. As horas de trabalho dedicadas a cada *métier* (cada profissional trabalhava em diversas funções dentro do seu falanstério) eram calculadas também: entre uma hora e meia a duas horas por dia para cada tipo de tarefa.

Podemos hoje chamar anedóticos a estes aspectos da sua teoria e muitos dos comentadores e críticos comprazem-se em mostrá-lo. Fica, porém, da obra que nos legou, a importância da educação sentimental e a crença (típica de muitos outros socialistas) no condicionamento das pessoas a partir do ambiente e da educação, paradoxalmente ligada à ideia de que a sua proposta era a primeira que não ia contra a natureza humana. Fica também o reconhecimento da diversidade, erigida em valor profissional, hoje recuperável perante uma sociedade de simulacros e de profissões especializadas que tenta superar essas suas limitações. E fica a larga influência que dele se regista em romancistas (Flaubert e Balzac) e poetas (A. Bréton), influência que deve muito ao poder mítico das suas teorias.

Quanto a aspectos retóricos, o seu estilo era confuso, como se viu algo mítico também, para além de manifestar um enorme auto-convencimento. Ao que parece, tinha facilidade em satirizar, o que lhe terá compensado os desaires, entre os quais este, mais uma vez anedótico: uma vez por semana, sempre no mesmo dia, convidava mecenas para jantar, para que se interessassem pela aplicação das suas ideias. Ao que parece, nesses dias, jantou sempre sozinho, dialogando consigo próprio. Todos os discípulos que tentaram erguer falanstérios (entre os quais Victor Considérant, nos EUA) tiveram um rotundo fracasso, que lembra o dos seus negócios, pois ironicamente só ganhou dinheiro com a exploração colonial, a pior das facetas do capitalismo do seu tempo e do nosso, já neo-colonial.

É possível que o livro encontrado na Biblioteca do Governo Provincial viesse reforçar, no meio local, alguma tendência para idealizar a vida no campo e contribuisse igualmente para o desenvolvimento das ideias socialistas moderadas e utópicas. Elas tomam corpo no fim do século XIX e princípios do seguinte em Angola, sobretudo com a geração da *Luz & crença*, e há uma tímida lexicalização socializante num dos últimos poemas conhecidos de José Bernardo Ferrão — sem dúvida o melhor (fala em “centelhas redentoras” de “auroras futuras” das “legiões trabalhadoras” em que se transformariam as “hordas cafres”, que levarão “povos vadios” a serem “úteis colonos” — enfim, uma junção de vocabulário socialista e colonial, um colonialismo socialista *avant la lettre* [Ferrão 1889: 133]). O *Dicionário* de Vieira, actualizado e aumentado, que aparece na Biblioteca da Administração Municipal de Benguela, tem já a palavra “comunismo”, com um resumo preciso do conceito, embora não usando propriamente

vocabulário comunista. Mas não encontrei ainda uma marca segura da leitura dos seus livros em artigos e obras de angolanos.

Também a Filosofia e o Direito estavam próximos, unidos pelas preocupações políticas e morais, o que se pode ver por anúncios de obras e autores como o Barão de **Pufendorf**, para além disso historiador. Anunciava-se, provavelmente, *Le droit de la nature et des gens ou système général de la morale, de la jurisprudence et de la politique* (1750 é a edição mais próxima do anúncio). O título é esclarecedor.

Neste contexto, aparece também no Recife O espírito das leis de **Montesquieu**. Em 1831, é oferecido à Biblioteca Pública de Olinda. Em 1842, anuncia-se uma edição com comentários “por Tracy” e em 1837 e 1845 anunciam-se várias vezes as *Obras completas*, ou só *Obras*, ora com o título em português, ora em francês. Uma edição das *Oeuvres* de 1805 (Lyon, Amable Leroy) aparece na Biblioteca do Governo Provincial de Luanda e tem, no canto superior direito da contra-capa, um selo de “R. Felner” – alguém ligado certamente a A. A. Felner, o historiador da colonização portuguesa de Angola, ou o historiador colonial a que se refere obscuramente Sampaio Bruno em *O Brasil Mental*.

As inúmeras obras ligadas ao Direito desenham arcos de valores diversos, como disse. Em grande parte se devem ao funcionamento do Curso Jurídico em Olinda (transferido para o Recife em Novembro de 1854 [Fonseca 1959: 11]) mas, ainda assim, fazem parte de leituras memorizadas. Não cito nem comento os manuais todos nem os livros todos, ao longo da pesquisa os fui anotando até me aperceber do seu pouco significado ao lê-los, ou da impossibilidade de os ler a todos, o que tinha a mesma consequência prática. Interessam-me, sim, as relações entre o Direito, a Filosofia política, a moral e a teologia, entre outras disciplinas.

De alguma forma, o Curso Jurídico atraiu também os “melhores escritos de Benjamin Franklin”, juntamente com uma edição em língua portuguesa do “bom homem Ricardo”. Por sua vez, o “*Contrato social*”, em “nova tradução”, trazia ao ambiente as teses de Rousseau, sendo provavelmente esse o livro que, noutra ocasião, vem rotulado como “Princípios políticos”. Fui levado a pensar isso porque na mesma época da publicação das *Mélanges*, que também surgem no *corpus* pernambucano (Paris, Lefèvre, 1819), o editor fez sair, sob o título *Politique, o Contrato social* e outros textos políticos.

As *Mélanges* acabaram por ser feitas em vários volumes das *Oeuvres complètes*, de que se podia ler em Luanda o t. IV, na edição de 1857. Esse volume é interessante e dá-nos uma ideia enciclopédica da obra do autor. Nele se incluem peças de teatro, as *Cartas a Sara*, as notas (comentadas pelo compilador) da *Refutação do livro De L’Esprit*, a tradução do primeiro livro da *História* de Tácito e do *Apocolokyntosis* de Séneca (sobre a morte do Imperador Cláudio), as Poesias diversas, uma série de notas sobre Botânica, Música e Filosofia (para além das da *Refutação*).

O *Émile*, que o governo francês proibira em 1762 por atentar contra a doutrina cristã oficial, também surge no *corpus* pesquisado, bem como o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* (1755) e a *Nova heloísa* (1761).

Outras obras significativas e que não posso neste momento comentar com mais pormenor são: – os 5 vols de *Da democracia na América*, de Charles Alexis Clèrel de Tocqueville (1805-1859), com data de 1842 (a 1.ª ed. foi aparecendo entre 1835 e 1840 [Koogan-Houaiss Digital 2006]). O título é um clássico e o mais popular dos seus livros, marcado por uma viagem aos EUA em 1831 e 1832.

O livro estuda os limites e as vantagens da democracia nos EUA, considerando o que faz mover-se um país livre, o que o faz produzir, mas também que a ditadura das maiorias (termo por ele criado) pode levar ao nivelamento das personalidades individuais por um comportamento-padrão. Esse temor dá início, talvez, à confrontação do liberalismo com os seus próprios limites e torna-se hoje cada vez mais acutilante. O autor pertencia a uma família aristocrática e foi defensor do liberalismo em França, reforçando portanto essa componente no ambiente bibliográfico da Angola de então. Também historiador, explicou a Revolução Francesa a partir das tensões e dos conflitos por resolver entre a classe alta e as outras classes da sociedade francesa em *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), obra que não consta do nosso *corpus*.

– O *Tratado teológico-político* (de 1670) de Spinoza (1632–1677), filósofo cioso da sua independência económica e da sua liberdade pessoal. O seu nome e a sua obra são conhecidos e estudados, pelo que dispensam qualquer apresentação.

– A *“Economia política”* de Ricardo (1772–1823), elogiada ainda no final do século por Sampaio Bruno e que de facto foi um clássico no século XIX. A menção ao título deve estar incompleta. Deve tratar-se dos *Princípios de economia política e tributação*, de 1817 (a 1.ª ed.).

– *Os Burros ou o reinado da sandice: poema herói-comico-satyrico em seis cantos* por José Agostinho de Macedo (Beja, 1761–Pedrouços, 1831) e que vale mais pelo humor tosco, verrinoso, mas conseguido do polémico ensaísta e reaccionário português. A edição consultada consistia num pequenino livro de bolso, impresso em Paris, “na oficina de Rignaux”, em 1827, mas o poema terá sido escrito, segundo afirma na edição de 1837 (a primeira impressa em Portugal), no ano de 1812. O livro elucida-nos acerca das ideias políticas do autor, dos seus conhecimentos literários e das suas opções estéticas. As ideias políticas representam uma falange (por assim dizer) da sociedade portuguesa e brasileira da época, registada igualmente na literatura dos dois países por personagens marcantes como se vê nas *Viagens na minha terra* ou na *Escrava Isaura*, o conhecido romance de Bernardo Guimarães (1875). Na p. III do Prólogo expõe uma teoria do conhecimento que serve para fundamentar as opções políticas e parece filiar-se, paradoxalmente, no empirismo inglês: “as nossas idéas vêem todas pelos sentidos” e “dos objectos com que lidámos, e de que somos cercados, vêem as nossas propensões e hábitos”. Diz ainda, facto curioso para nós e significativo já na Angola desse tempo, que do “cruzar das raças provêem organizações originaes e mixtas”, assumindo pois uma postura que não foi comum a todos os seus pares, muitos deles racistas. Não será a única vez que depararemos com um intelectual reaccionário, ou de direita (não fazendo uso rigoroso desses termos), a tomar uma posição de que a esquerda se reivindica esquecendo-se do racismo dos positivistas e de muitos intelectuais de esquerda (*soi-disant*) do século passado. Tirando isso, o prólogo vasa o verboso caudal da ironia corrosiva do autor, especialmente quando fala na política. Diz a pp. IV que os burros “fomentaram a maior intriga entre El Rei e seu Filho, matando aos couces o primeiro, quando cuidavam dá-los no segundo: sendo também elles os que separaram o Brasil de Portugal; e enfim os que chamaram os Inglezes para os montar, entregando-lhes os fortes e o reino”. Fica, pois, claro quem foram os burros. Para além de uma versão reacionária dos acontecimentos, fica também uma leitura muito própria da presença inglesa em Portugal desde as invasões

napoleónicas, vista como outra invasão. O elogio ao Marquês de Pombal é coincidente e a sua filiação nos estrangeirados deve relacionar-se também com tal elogio, que se estende a “Vernei”, o “grande” [Macedo 1827: I, 15]. Apesar disso ironiza sobre o que “vai ver ao Pantheon nacional os ossos / De Voltaire fallador, Jacques mijado” [Macedo 1827: II, 32] e critica os “ricaços Bretões (. . .) / De Constancio e Bentham alvares Burros”, de quem “Assás lições aqui se nos mandaram” (Macedo, 1827: III, 59). A inclusão da referência à nota na citação é propositada, pois a nota diz: “Benjamin Constancio, membro da Camara-dos-Deputados, e um dos corypheus do liberalismo” (Macedo, 1827: 132). O seu ódio ao liberalismo, dado como estrangeiro e contradizendo o seu estrangeirismo (o estrangeirismo acastizou-se!), diz ainda: “que será sem o *Times* o Palmella? / E sem *Constitucional* o Burro Abrantes?” [Macedo 1827: III, 60]. Em nota esclarece-nos que se refere ao “Jornal francez o *Constitucional*”, para onde mandava correspondência política o “sotaina Abrantes” [Macedo 1827: 132]. No Canto V equipara o “letrado” Ferreira Borges a Danton. No Canto VI, e último, coloca a Maçonaria, a par dos ingleses e dos liberais, ao nível de uma corja, fazendo todos parte da conspiração que trouxe o domínio britânico a Portugal.

A sua obra representa, pela parte pior, a nível interno à lusofonia, a heteróclita corrente de intelectuais e políticos ora conservadores, ora reaccionários, ora liberais moderados, que vemos reflectida na bibliografia importada.

— Finalmente, não posso deixar de referir os *Princípios de economia política*, de John Stuart Mill — que também dispensa apresentações.

Referências bibliográficas

- AAVV
1965: «François Charles Fourier», in *Diccionario Soviético de Filosofia*, Montevideo: Pueblos Unidos, pp. 195-196.
- AAVV
2002: *Koogan Houaiss Digital 2002*, Brasil: Delta.
- 2006: *Koogan Houaiss Digital 2006*, Brasil: Delta.
- AAVV
2006: *Diciopédia*, Porto: Porto Editora.
- AAVV
s.d.: *Arte e História*, www.artehistoria.com <19-09-2003>.
- AAVV
s.d.: *Encyclopédie de l’Agora*, http://agora.qc.ca/mot.nsf/Dossiers/Jules_Michelet <20-09-2003>.
- AAVV
s.d.: www.blpc.bl.uk <19-09-2003>.
- ANÓNIMO
s.d.: «Charles Fourier», www.marxists.org <23-11-2009>.
- ANÓNIMO
s.d.: «François-Marie-Charles Fourier», www.kat.gr <09-11-2005>.
- ANÓNIMO
s.d.: «The Utopian Socialists: Charles Fourier», in *The History Guide: lectures in modern european intellectual history*, <http://>

www.historyguide.org/intellect/lecture21a.html <23-11-2009>.

BRUNO, Sampaio

1898: *O Brasil mental: esboço crítico*, Porto: Chardron.

CRUZ, Miguel Angel de la

1990: «Un Cadáver Rodeado de Flores», in *El Independiente*, 29 de Setembro.

Diário de Pernambuco

1825-1840, VVNN.

FEIO, J. V. Barreto (trad.)

1825: *Sallustio em português*, Paris: Livraria Nacional e Estrangeira.

FERRÃO, José Bernardo

1889: «Ao rio Quanza», *Almanach de Lembranças*, Lisboa, 133.

FONSECA, Edson Nery

1959: *Bibliotecas e Bibliotecários da Província*, Rio de Janeiro: s.l.

FORTUNY, S. J.

s.d.: «Salústio», <http://www.ub.es/telemac/30113.htm> <19-09-2003>

FRANKLIN, B.

1825: *A sciencia do bom homem Ricardo ou meios de fazer fortuna*, Lisboa: Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis (tip.^a)

GIBBON, Edward

2008: *História da decadência e da queda do império romano*, <http://www.gutenberg.org/etext/25717> <22-09-2003>.

HO, Eugene Y. C.

«Edward Gibbon: historian of the roman empire», <http://www.his.com/~z/gibho1.html> <22-09-2003>.

Jornal de Comércio

1825, 1, 01.03.

LEPIC, André

2003: «Charles Fourier: culture et révolution», http://culture.revolution.free.fr/en_question/2003-02-05-Charles_Fourier.html <23-11-2009>.

MACEDO, José Agostinho de

1827: *Os Burros ou o reinado da sandice: poema herói-comico-satyrico em seis cantos*, Paris: Rignaux (tip.^a).

MENDONÇA, Francisco de Assis Castro (dir.)

1822: *A facecia liberal e o entusiasmo constitucional*, Lisboa: Typ. Patriótica.

MÉZIÈRES, M. L.

1846-1850: *Influence du regime représentatif sur la félicité publique*, Paris: Lagrange.

MICHELET, Jules

1850: *Les Vies des hommes illustres*, Paris: Plon Frères.

NADAUX, Marc

2002: «Charles Fourier». <http://www.19e.org/personnages/france/F/fourier.htm>, <23-11-2009>.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de

1997: *A formação da literatura angolana*, Lisboa: IN-CM.

PARATORE, E.

1987: *História da literatura latina*, Lisboa: FCG.

PRADT, M. de

1801: *Les trois ages des colonies ou de leur état passé, présent et a venir*, Paris: s.e.

PUFENDORF, Barão de

1750: *Le droit de la nature et des gens ou système général de la morale, de la jurisprudence et de la politique*, SL: A Basle, Emanuel Thourneisen.

SILVA, Airton José da

SD: «Flávio Josefo», http://www.airtonjo.com/flavio_josefo01.htm e seguintes (josefo02.htm e josefo03.htm) <09-11-2005>.

Artigo pedido ao autor

Recepção do manuscrito: 24/Octubro/2009

Conclusão da revisão: 7/Dezembro/2009

Aceite para publicação: 7/Dezembro/2009

Title

Some nineteenth century political bibliography in Angola.

Abstract

I mention books which relate to political thought. These books have circulated over the nineteenth century in the area of Recife-Olinda (Brazil) and Luanda or Benguela. Taking that these writings are nowadays forgotten, or seldom read, I make a comment on several of them, so to give the reader a more accurate idea of what its presence meant amongst us.

Key-words

Bibliography, political thought, nineteenth century.